



MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics

ISSN: 2318-0811

ISSN: 2594-9187

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

Fiuza, Lucas
A Theory of Socialism and Capitalism
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics, vol. 4, núm. 2, 2016, Julho-Dezembro, pp. 591-595
Instituto Ludwig von Mises - Brasil

DOI: 10.30800/mises.2016.v4.179

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586364182025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A Theory of Socialism and Capitalism

Hans-Hermann Hoppe

Auburn, Al: Ludwig Von Mises Institute, 2010. (258 páginas)

ISBN: 978-1-933550-73-2

Uma das narrativas mais presentes – principalmente no imaginário de quem está na margem do universo acadêmico e/ou atuante das ciências política e econômica – nas últimas décadas tem sido a caricatura do confronto entre Socialismo e Capitalismo como método para organização social e econômica. Por natureza, o tema da organização social envolve o debate sobre estruturas de poder e, por isso mesmo, tem sido objeto de implacáveis distorções que têm como objetivo a engenharia social, ferramenta presente nessa era da manipulação mental (bem relatada na obra de Olavo de Carvalho¹), utilizando a fabricação de subnarrativas que fogem ao objetivo inicial de organização social visando o desenvolvimento e a prosperidade para a sociedade. A meta passa a ser avançar projetos de poder e o controle do homem sobre o homem – um objetivo examinado, com primazia, por C. S. Lewis².

Neste tratado, Hoppe procura esclarecer as diferenças entre os antagonistas dessa narrativa abordando alguns conceitos fundamentais para a compreensão, como por exemplo a liberdade, a propriedade e sua importância no âmbito do convívio social e econômico. A linha de pensamento da Escola Austríaca de Economia é presente em sua obra. Na abordagem da propriedade, liberdade para relações contratuais entre os indivíduos e a crítica as

intervenções estatais, como podemos conferir em obras que descrevem esse conteúdo, como por exemplo “As Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca”³.

A importância de obras com esse caráter esclarecedor que visa lançar luz sobre as trevas da confusão mantida pela engenharia social é imensa. Ao mesmo tempo, trata-se de um grande desafio, dado que a linguagem técnica e as características estilísticas dessa literatura podem reduzir substancialmente o alcance da mesma. Hoppe optou pelo caminho do aprofundamento nos tipos de Socialismo, expondo de forma clara a crítica de que o mesmo não é um modelo de organização social desejado para se conquistar o desenvolvimento e a prosperidade de uma sociedade.

Entretanto, ao buscar o objetivo de transmitir o conhecimento sobre o que é o Socialismo e seus tipos e consequências, em contraponto com o Capitalismo, Hoppe utiliza uma abordagem original que deixa nítida sua crítica ao Socialismo como modelo inferior, mas não entra no mérito de que o Capitalismo é um sistema econômico, enquanto o Socialismo é uma ideologia que se utiliza do sistema econômico capitalista para executar suas ideias. Hoppe desenvolve uma abordagem bastante ousada, que tenta simplificar a distinção e as consequências sociais e econômicas entre Socialismo e Liberalismo Econômico – rotulado, doravante, apenas como “Capitalismo”. Essa abordagem, que foca na

¹ CARVALHO, Olavo. *O Jardim das Aflições*. São Paulo: Vide Editorial, 2015.

² LEWIS, C. S. *A abolição do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

³ IORIO, Ubiratan. *Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2103.

crítica e que define de forma superficial o contraponto, pode ser considerada antissocialista e assume os riscos já indicados por Ludwig von Mises⁴ no passado.

De início, Hoppe discorre sobre o conceito moral e ético de propriedade e rapidamente aponta incompatibilidades com o modelo econômico Socialista. Esse trecho é elaborado de uma forma densa que aparentemente contradiz a impressão inicial de que o autor procurou simplificar o conteúdo de sua obra para alcançar uma maior audiência. Uma vez apresentados e cuidadosamente definidos os conceitos de propriedade e liberdade contratual, Hoppe inicia a descrição dos tipos de Socialismo. Descrever os diferentes métodos de atuação do Socialismo é uma necessidade determinante para identificar o mesmo. Sem dúvidas, Hoppe contribuiu muito para esse ponto, mas novamente assumiu riscos ao trabalhar com rótulos específicos, como veremos a seguir.

Os tipos de Socialismo descritos por Hoppe começam com os modelos russo e social-democrata: modelos que, uma vez expostos, podem ser identificados sem muita dificuldade. O autor indica, de forma clara e bem elaborada, que o modelo russo aplica a expropriação explícita e implanta o autoritarismo estatal de forma ostensiva, estabelecendo a estatização generalizada como modelo. Já a social-democracia pode ser considerada uma evolução do Socialismo russo, devido às óbvias e patentes necessidades de realização de ajustes no modelo aplicado. Levando em consideração principalmente uma nova perspectiva sobre a viabilidade econômica para sustentar o poder estatal, bem como a conquista da opinião pública, a social-democracia disfarça a expropriação explícita e permite – ao menos em tese – a existência da propriedade sob o discurso da igualdade e da democracia. Na realidade prática, isso acaba acontecendo de forma meramente parcial, devido aos mecanismos de controle graduais e difusos que,

quando são percebidos, já alcançaram um estágio de engessamento enorme. Podemos observar como instrumentos recorrentes da social-democracia: a alta carga tributária, legislações trabalhistas abusivas contra o empregador, assistencialismo, burocracia excessiva e a estratégica manutenção do controle estatal absoluto de setores tais como a educação, comunicações, transportes, banco central, justiça e segurança – seja através de empresas estatais ou de legislação e agências reguladoras rigorosas.

O autor deixa muito claro o nível de periculosidade para a prosperidade e liberdade que a social-democracia representa. E indica de uma forma detalhada seus métodos sofisticados e velados, politizando e moldando a cultura no sentido de seus objetivos, tornando a ação de legislar em causa própria atrativa e pervertida ao alcançar a espoliação legal⁵ por intermédio da manipulação do apoio popular.

Quando o autor chega ao Socialismo do Conservadorismo – Rótulo que contribui fortemente para a uma compreensão equivocada da ideia de Conservadorismo⁶ – a mensagem aparentemente primária de contrapor Socialismo e Capitalismo alcança outro nível de complexidade. O uso das palavras Socialismo e Conservadorismo em um mesmo rótulo indica uma observação especial ao detentor do poder em busca de sua manutenção ou conservação, obstruindo mudanças e suplantando a liberdade, indicando da mesma maneira um posicionando no mesmo rol da social-democracia como reação ao Liberalismo. Ao remontar ao período feudal, no qual as lideranças contavam, como principal instrumento, com sua força para impor tributos e obrigações como cenário dos primórdios do Capitalismo, o autor enfatiza a resistência do sistema vigente à liberdade econômica que era então florescente e que produzia novas classes de pessoas bem-sucedidas.

⁴ MISES, Ludwig von. *A Mentalidade Anti Capitalista*. Vide Editorial, 2015.

⁵ BASTIAT, Frédéric. *A Lei*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

⁶ SCRUTON, Roger. *Como ser um Conservador*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Segundo o autor, com o intuito de diminuir a velocidade da mobilidade social provocada pela liberdade econômica e a consequente concorrência pelo poder, o Socialismo é apresentado como uma maneira de atenuar a “crueldade da competição capitalista”, indo na direção do equilíbrio para a igualdade. Ao fazer isso, o Socialismo transfere o poder de ação do indivíduo para o Estado, fornecendo os meios para “conservar” a classe dominante em seus postos com menos riscos competitivos e às custas dos que produzem de fato. Nesse contexto e, trazendo a discussão para os dias atuais, o Socialismo do Conservadorismo é praticamente a social-democracia consolidada no poder, lutando por sua manutenção.

Mais adiante, o autor aborda a justificativa ética do Capitalismo e a razão pela qual o Socialismo é moralmente indefensável. Ao justificar a apropriação original através da ação – trabalho – o Capitalismo é compatível com o princípio da não-agressão, pressupondo também a possibilidade de argumentação. Situação totalmente oposta à eventual apropriação por decreto sustentada pelo Socialismo. Hoppe apresenta uma visão crítica e lógica que baseia a defesa moral do Socialismo em premissas teórico-emocionais, enquanto as bases do Capitalismo estão ligadas à realidade, respeitando o princípio da não-agressão, a propriedade privada e a possibilidade de argumentação. Diante desta perspectiva, a ideia Socialista não se sustenta, por vender a igualdade através da agressão.

Em seguida o autor, trata os fundamentos sócio-psicológicos do Socialismo ou a Teoria do Estado. É apresentado o questionamento de como um modelo de sistema social que não pode ser defendido por argumentos morais e econômicos se sustenta. A conclusão é examinar suas fundações sócio-psicológicas baseadas na redistribuição dos títulos de propriedade de forma institucionalizada, considerando que, para executar tal redistribuição, faz-se necessário, em algum momento transgredir o princípio da não agressão e fazer vítimas.

Instituições são feitas de pessoas comuns que buscam a melhoria de suas vidas. Dito

isto, observa-se que as pessoas que conduzem as instituições tendem a buscar sua melhora utilizando o poder institucional, mantendo essa prática através da violência estatal (ou sua ameaça), ou então corrompendo o público de forma fragmentada, alternando o apoio comprado de acordo com a quantidade necessária para obter relevância eleitoral. Seja distribuindo os frutos da expropriação realizada, ou então participando na criação de políticas discriminatórias que forneçam benefícios exclusivos. Dessa maneira, o próprio público vive na ilusão de que a instituição à qual estão submetidos está sempre agindo em prol de causas nobres, ao passo em que as agressões a certos grupos não são percebidas, chegando a ganhar conotações neutras ou até positivas em nome da busca pela igualdade e da “justiça social”. É um apelo emocional nitidamente exposto por Hoppe.

Essa ilusão segue mantendo acesa a chama do sistema Socialista através da instituição estatal, alimentada pela engenharia social aplicada para, culturalmente, fazer com que as pessoas prefiram serem empregados em vez de empreendedores. A “estabilidade” projetada no Estado, assim como o conforto psicológico, agravam a miopia que impede as pessoas de enxergarem que tal modelo, além de alimentar o aumento do poder institucional Socialista, leva gradualmente à espoliação de toda a produtividade da sociedade pelo Estado e reduz sua riqueza como um todo, ao gerar o desequilíbrio provocado pela redistribuição compulsória dos títulos de propriedade entre os proprietários naturais e os agentes do Estado Socialista e seus apoiadores.

Os dois últimos capítulos foram dedicados a análises de situações inerentes ao modelo Capitalista, envolvendo sua produção e os problemas do Monopólio e dos Bens Públicos. Entretanto, o início dessa análise tem como tema o esclarecimento sobre monopólios estatais que detém o controle absoluto sobre a existência de concorrentes e não precisam se preocupar com os lucros ou com a satisfação dos clientes para sobreviver – eliminando toda e qualquer motivação para a

realização de um bom serviço ou produto –, inviabilizando o cálculo econômico verdadeiro e a possibilidade de identificar corretamente onde os recursos devem ser alocados.

Trata-se de um cenário que é literalmente o oposto de um mercado Capitalista livre, cuja concorrência é uma constante. O autor discorre sobre a liberdade dos clientes de boicotar uma empresa que não os satisfaça, mesmo que detenha o monopólio de algum setor, fazendo com que o mercado indique uma oportunidade de mercado para outros empreendedores. Seria uma questão de tempo até alguém identificar a oportunidade e iniciar a oferta concorrente do produto ou serviço no mercado. No caso do monopólio estatal, a entrada de novos concorrentes não é livre e, dependendo do tipo de serviço ou produto, o mercado sequer pode boicotar tal empresa, por ser ilegal ou por se tratar de um serviço básico essencial monopolizado. Dessa forma, conclui-se que eventuais monopólios privados não são ameaças, desde que estejam submetidos à vontade dos consumidores para decidir se contratam ou consomem seus serviços ou produtos. Parafraseando Milton Friedman: “Monopólios que perduram são geralmente decorrentes de apoio do governo ou de acordos de conluio entre indivíduos”⁷, podemos colaborar com a visão de Hoppe de que o livre mercado de verdade não é ameaçado por monopólios.

Hoppe também usa evidências históricas para fundamentar essa conclusão, comentando sobre um período de grande liberdade econômica capitalista nos Estados Unidos, que reduziu os monopólios e baixou os preços dos produtos. Ironicamente, os empreendedores de maior sucesso – produto do sistema capitalista livre – passaram a se preocupar mais em controlar sua concorrência persuadindo o Estado a interferir no mercado, ao invés de ter de encarar a competição. O resultado dessa prática foi a abertura do caminho para o Socialismo, cujas consequências foram

evidenciadas exaustivamente por Hoppe ao longo de sua obra.

A parte final faz uma abordagem sobre a produção dos bens públicos, particularmente, a provisão de segurança. Os bens públicos são aqueles disponíveis para todos, independentemente de participação ou contribuição financeira para produzi-los. São, portanto, de caráter distinto dos bens privados que, em tese, só beneficiam aqueles que pagam por eles. Por essa mesma razão, não podem ser produzidos via mercado, pois sempre precisam de suporte estatal para atender a demandas que seguem em permanente desequilíbrio com a viabilidade econômica do bem em questão.

O autor prossegue questionando até que ponto um bem público deve ser considerado “público” e discorre sobre a ilusão de tentar distinguir, de forma precisa, o que é público e o que é privado em muitos sentidos, diante da inexistência de uma dicotomia clara entre ambos. Cita exemplos de serviços que poderiam claramente ser pagos por quem os utilizasse, por exemplo sistemas de transporte ferroviário e correios que, em muitos casos, ainda são exclusivamente produzidos de forma pública. Mas também pondera sobre até que ponto um bem privado pode ser caracterizado como exclusivamente privado, citando o caso de um belo jardim, cujos vizinhos não contribuíram em nada para a sua produção, mas que mesmo assim desfrutam de sua vista, isto é, trata-se de um investimento feito por um indivíduo que valorizou todo o bairro, independentemente da ação dos outros membros da comunidade; ou o exemplo de um músico de rua que apresenta seu trabalho para todos, independentemente de quem joga dinheiro em seu chapéu. Ora, se estes bens públicos produzidos pela iniciativa privada têm características públicas – pessoas os desfrutam sem ter contribuído para sua produção –, deveriam passar a ser providenciados pelo Estado?

Ao formular esse ponto de vista e indagação, o autor indica que há algo errado com a tese de que os bens públicos não podem ser fornecidos pelo mercado. E vai além, re-

⁷ FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

cordando fatos históricos que mostram como muitos dos atuais bens públicos já foram fornecidos por empreendedores privados no passado e argumentando que a classificação de mais ou menos privado ou público pode mudar de acordo com os valores, avaliações e interesse das pessoas no bem em questão, bem como de fatores que mudam ao longo do tempo. Esse ponto de vista leva à conclusão de que a ideia de produtos fornecidos para quem não contribuiu para sua produção pode até agradar a uma boa parcela das pessoas – em especial as que desejam a ilusão de consumir sem esforço ou trabalho – e o resultado é a falta de critérios sólidos para a definição de quais produtos devem ser produzidos pelo Estado. Mesmo que esses critérios existissem, o Estado não seria capaz de produzi-los em quantidade e qualidade desejadas e, é por isso que os bens públicos deveriam ser integralmente fornecidos pela iniciativa privada.

Hoppe reforça sua crítica apontando que a falta de um argumento lógico que justi-

fique a posição estatista dos teóricos dos bens públicos os leva a sair dos limites da ciência econômica isenta de juízos de valor (*wertfrei*) e os conduz a ferir a moral e a ética. Hoppe conclui que a possibilidade de escolha, a concorrência e, conseqüentemente, a liberdade de mercado capitalista resultariam em uma organização social que – mesmo sofrendo os impactos de sua implementação em um primeiro momento, devido à grande quantidade de pessoas comprometidas com a política estatista que legitima a agressão em nome do coletivo – seria muito provável que nos fizesse alcançar um novo período de prosperidade e justiça, sem precedentes na história.

Hoppe pode ser interpretado como um tanto quanto radical ao visualizar uma organização social com bens públicos integralmente privatizados. No entanto, não há dúvida de que suas reflexões contribuem para que experimentos nesse sentido possam começar a ser realizados de forma gradual. ∞